

O processo de inclusão: a escola como uma segunda casa para estudantes com deficiência

The process of inclusion: school as a second home for students with disabilities

Prof^a Dra. Maria Raimunda Ribeiro da Silva*, Prof^a PhD. Dra. Débora Araújo Leal ^{2*}

RESUMO

O processo de inclusão para discentes com deficiência ou necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular tem gerado contribuições e consequências para a atuação do professor. Assim, realizou-se um estudo de campo, através da aplicação de questionário com perguntas objetivas e subjetivas sobre o tema em pauta. Como objetivo principal compreender como a afetividade influencia na aprendizagem dos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais, e o processo de inclusão numa escola pública da Bahia e sobre a importância da Educação Inclusiva (EI) dentro do currículo escolar. Assim, realizou-se um estudo de campo, através da aplicação de questionário com perguntas objetivas e subjetivas sobre o tema em pauta. Para tanto, se discorreu sobre as concepções e epistemologias que abarcam as definições das práticas educativa, pedagógica e docente, sob a direção alguns estudiosos como Bruno (2006), Sousa e Prieto (2002), Romero (2006), entre outros. Conclui-se, que há a necessidade da criação e implementação de políticas públicas de Educação Inclusiva, bem como a atuação profissional em consonância com estas, privilegiando com isso, a efetivação dos direitos previstos nas legislações.

Palavras-Chaves: Inclusiva; Estudos; Processo; Deficiência; Profissionais.

ABSTRACT

The process of including students with disabilities or special educational needs in regular schools has generated contributions and consequences for the teacher's performance. Thus, a field study was carried out, through the application of a questionnaire with objective and subjective questions about the topic in question. The main objective is to understand how affectivity influences the learning of students with disabilities or special educational needs, and the process of inclusion in a public school in Bahia and the importance of Inclusive Education (EI) within the school curriculum. Thus, a field study was carried out, through the application of a questionnaire with objective and subjective questions about the topic in question. In order to do so, the concepts and epistemologies that encompass the definitions of educational, pedagogical and teaching practices were discussed, under the direction of some scholars such as Bruno (2006), Sousa and Prieto (2002), Romero (2006), among others. It is concluded that there is a need for the creation and implementation of public policies for Inclusive Education, as well as the professional performance in line with these, privileging with this, the realization of the rights provided for in the legislation.

Key words: Inclusive; Studies; Process; Deficiency; Professionals.

¹ Instituição de afiliação 1 Emill Brunner World University- Florida-EUA

*E-mail: mariaraimunda2229@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O universo das pessoas com certo grau de deficiência é cercado por dificuldades sociais, como: discriminações, barreiras arquitetônicas e urbanísticas, etc., criando barreiras em seu cotidiano, sobretudo no ambiente escolar, contribuindo até para uma queda no rendimento do aluno. Sendo assim, para abordar a inclusão escolar, faz-se necessário aprofundarmos a questão da afetividade como uma forma de erradicação da discriminação, dos preconceitos e das estigmatizações presentes na sociedade e que cada vez mais marginalizam tantas pessoas e grupos sociais. A inclusão de educandos com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais tem sido um grande desafio na educação básica no Brasil.

A inclusão é um processo que necessita adequar-se à realidade do aluno, não o contrário e, para tanto serão imprescindíveis medidas que muitas vezes geram uma reconstrução do espaço escolar e a conscientização dos envolvidos neste contexto, inclusive dos próprios discentes para que aprendam desde cedo o respeito e a aceitação do aluno com necessidades especiais, banindo da unidade escolar qualquer forma de preconceito e hostilidade que possa vir a existir.

Tal pedagogia da escola tradicional acredita na igualdade entre os homens: a de serem livres, e essa igualdade vai servir de base para estruturar a pedagogia da essência, respaldando o surgimento dos sistemas nacionais de ensino, que, por sua vez, foram fundamentais para proporcionar a escolarização. (SAVIANI, 1991).

Com isso, torna-se cada vez mais necessário as escolas se engajarem a realidade da inclusão, desenvolvendo um projeto político que envolva os discentes, inclusive os que necessitam a inclusão. Apesar de que, os docentes não têm preparo de como desenvolver projetos ou ações para trabalhar a Educação Inclusiva ou mesmo interesse em desenvolver tal trabalho, sendo que, com a ausência desse preparo e interesse, muitas vezes tem ocasionado situações danosas para os discentes com necessidades especiais. (ZANINI, 2007)

Porém, apenas a criação de leis e documentos que travem discussões sobre a educação inclusiva, tanto no Brasil como na Argentina, mediante as leis e documentos que tratam do tema, porém, isso não garante, por si só, a capacitação de qualidade dos profissionais, bem como a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. As

políticas públicas para a inclusão¹ devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que virá a beneficiar não apenas os discentes com necessidades especiais, mas, de forma geral, a educação escolar como um todo.

No âmbito escolar, cada educando detém de um ritmo que lhe é próprio em termos de aprendizagem e que, portanto, precisa ser considerado pelo professor e demais profissionais, nesse espaço, na medida em que compreendam a realidade que lhe perpassa como algo heterogêneo e não homogêneo e padronizado como muitos demonstram considerar no cotidiano das suas práticas educativas. Essa discussão mostra a emergência da noção de um educando complexo e com diferentes capacidades de desenvolvimento, ao ponto que possuem dificuldades e que estas podem ser superadas se trabalhadas de forma a levar em conta as limitações e potencialidades dos educandos.

A inclusão escolar se contrapõe à exclusão escolar e tem representado o espaço comum daqueles que se dedicam às pessoas deficientes, as quais aparecem no centro das discussões acerca da significação de ser deficiente. Visto que, os termos e expressões empregados pela educação especial para designar tais sujeitos comumente têm gerado inúmeras ambiguidades e distorções no entendimento e na aplicação de seus significados.

O critério no emprego do termo *inclusão* não configura preciosismo linguístico, mas uma necessidade que se impõe para a remoção de barreiras, decorrentes de juízos equivocados sobre a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais e o respeito às diferenças. Trabalhar esta questão é um desafio para o nosso tempo, bem como para toda a comunidade escolar.

O movimento pela *inclusão escolar*² é um assunto debatido em grande parte do mundo e, nas últimas décadas, esta discussão cresceu consideravelmente no Brasil. Como

¹ As políticas públicas para a inclusão “impõe a demolição dos discursos educacionais que excluem as diferenças. A fronteira que separa de forma nítida aqueles olhares que continuam pensando que o problema da educação escolar está na anormalidade, no anormal, bem como daqueles que pensam o oposto: os que consideram a normalidade, a norma, o normal como o problema em questão é que deveria ser colocado sob suspeita. Trata-se de representações que se apresentam como científicas e acadêmicas, vigiando cada desvio, descrevendo cada detalhe das patologias, cada vestígio da normalidade (FREITAS, 2009, p. 81).

² Ao longo dos últimos trinta anos, tem-se assistido a um grande debate acerca das vantagens e desvantagens, antes, da integração escolar, e, mais recentemente, da inclusão escolar. A questão sobre qual é a melhor forma de educar as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais não tem resposta ou receita pronta. Na atualidade, as propostas variam desde a ideia da

consequência, tem originado a elaboração de um maior número de políticas públicas educacionais para a inclusão de discentes com Necessidades Especiais (NEs).

A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo. É inegável que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e que o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, está passando por uma reinterpretação. As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos (MANTOAN, 2003, p.12).

A inclusão desses discentes nas escolas é uma proposta que teve o início, no Brasil, marcado pela sua participação na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jontiem, Tailândia, em 1990, principalmente, com a *Declaração de Salamanca*, em 1994, e no Fórum Mundial da Educação, em Dacar Senegal, no ano de 2000, quando os princípios da educação inclusiva ficaram mais claros (MEC/SEESP, 2008).

A inclusão dos discentes deficientes, mesmo após a promulgação da *Declaração de Salamanca*, ainda se encontra estagnada em relação às questões acerca da Educação Inclusiva, de modo que isso acontece devido ao não rompimento de alguns modelos tradicionais que ainda regem o curso da sociedade contemporânea em que vivemos. O que se vê é a necessidade de promover uma realidade social que considere a diversidade humana existente dos diferentes grupos sociais.

Nessa perspectiva, o processo de inclusão social deve ser visto como algo de grande relevância para a realidade da sociedade atual, de modo que traz à tona, para a investigação, os diferentes sujeitos e grupos excluídos das estruturas sociais, defendendo a bandeira do respeito à diversidade e atribuindo maior ênfase à necessidade de direitos e à participação social nas diferentes esferas da sociedade contemporânea.

O trabalho com a educação inclusiva possibilita uma maior visibilidade acerca da pluralidade de características que compõem a diversidade de sujeitos existentes na sociedade, seja no que compete às diferenças religiosas, étnicas, físicas, sexuais ou outras. É uma discussão que tem emergido como uma categoria ética de compreensão da

inclusão total – posição que defende que todos os discentes devem ser educados apenas e só na classe da escola regular – até a ideia de que a diversidade de características implica a existência de um contínuo de serviços e de uma diversidade de opções (MENDES, 2006, p. 396).

necessidade de se conviver numa sociedade plural perante os direitos que dela fazem parte. Uma sociedade que acolha a diversidade de sujeitos presentes nos diferentes cenários sociais, respeitando integralmente suas especificidades.

Sabe-se que a inclusão de um indivíduo na sociedade depende do patrimônio cultural que ele recebe. Ou seja, necessita da educação como um pilar fundamental para o desenvolvimento deste, pois é objetivo do sistema educativo adaptar e ajudar no desenvolvimento das potencialidades, contribuindo na construção da personalidade e caráter de cada ser humano, de modo a considerar, previamente, a cultura educacional que já detém esse sujeito. “Diante desse quadro situacional, o importante é buscar nos confrontos promovidos na relação entre as diferenças, novos caminhos para a vida em coletividade, dentro e fora das escolas [...] (DAMÁZIO, 2007, p. 14).

As escolas têm encontrado muita dificuldade para controlar as relações sociais de modo a proporcionar um ambiente sadio, livre e igualitário. Nos últimos anos muitos questionamentos foram levantados a esse respeito. Por isso, entendemos que a falta de inclusão pode ser um dos fatores que contribuem para a disseminação dessas dificuldades. (CÉSAR, 2003).

Dessa forma, é pertinente colocar em destaque as questões a serem abordadas com esta pesquisa que se refere à afetividade dos profissionais da educação para com os discentes com deficiências, à qualidade da mesma e do atendimento destes discentes nas unidades escolares. Portanto, surgiu o questionamento que servirá de base para esta pesquisa. Qual a visão dos docentes que lecionam numa escola pública da Bahia, sobre a importância da afetividade face a Educação Inclusiva, dentro do contexto educacional? Diante desse questionamento objetiva-se com esse estudo promover uma reflexão sobre a importância da educação inclusiva e suas contribuições no currículo escolar.

Desse modo, é factível ressaltar que num contexto geral ocorrerão discussões sobre o tema inclusão, abordando de forma complementar a ética das relações entre professor/discente, pois somente com ética poderemos ser autônomos e acabar de vez com a discriminação em sala de aula (MEC/SEESP, 2008), priorizando nessa temática uma formação a partir da complexidade do ser humano, por isso, foi permeado nesta pesquisa, os aspectos políticos, éticos e estéticos envolvidos na proposta de educação para a autonomia dos seus autores e identificar se esse fator existe na inclusão realizada numa escola pública da Bahia..

Entendemos que o presente trabalho de pesquisa é relevante e pertinente, uma vez que a inclusão do aluno com deficiência em sala de aula é muito complexa e enfrenta, a proposta da inclusão escolar parte do princípio de que pessoas com ou sem necessidades especiais beneficiam-se do compartilhamento do processo pedagógico inclusivo em que estejam inseridos. No entanto, são vários os obstáculos enfrentados na concretização dos objetivos da inclusão, esbarrando em diferentes níveis, desde a esfera governamental até a pessoal. (VEIGAS, 2003)

Os motivos que suscitaram o interesse por pesquisar sobre essa temática foram impulsionados por anseios em fomentar reflexões sobre o trabalho com a Educação Inclusiva no contexto escolar, por entender que esse debate é importante para a implementação de práticas e políticas educacionais imersas na escola, no que tange à Educação Inclusiva, uma vez que a cada dia, surge à necessidade do professor (a) estar preparado para o exercício da inclusão no meio escolar, em suas diversas formas.

Também destaca-se o fato de professores que atuam na educação básica, especialmente a escola pública, apontarem, conforme dados dispostos no documento de consulta Educação Brasileira: indicadores e desafios, formulado e aprovado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), em 2013, a existência de grandes desafios que enfrentaram durante o processo de ensino-aprendizagem escolar, entre eles, o processo de inclusão das crianças com necessidades especiais nas salas regulares, especialmente, do Ensino Fundamental, como sendo uma das maiores dificuldades a ser solucionada pelo sistema educacional brasileiro.

Os dados do documento citado trazem ainda, as expectativas destes profissionais, para que os avanços envolvendo os mecanismos ou métodos para o aprofundamento e melhoramento do processo de ensino-aprendizagem das crianças especiais possam atender a perspectiva da Educação Inclusiva e melhorar o ensino e a aprendizagem dos professores e das crianças inseridos nessa dinâmica que afere a diversidade.

Para a viabilidade desta pesquisa, se fez um levantamento e um recorte dos teóricos, que pudessem ancorar o objeto em questão. Assim, esta tese fundamentou-se em autores e na legislação vigente que abordam conceitos sobre a Educação Inclusiva e seus preceitos, destacando em seus apontamentos, os principais problemas e dificuldades enfrentadas por professores a respeito do processo de inclusão escolar.

Deste modo, foi desenvolvida uma análise a partir da teoria – o que dizem os teóricos – e a prática – o que dizem os professores, na pesquisa de campo - relacionado

ao objeto discutido neste trabalho, de forma a encontrar maneiras de demarcar como ocorrem os processos de inclusão escolar dos discentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, tão basilares para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma significativa e com qualidade. Assim sendo, foi feita uma análise das propostas discutidas pelos teóricos citados, da legislação explicitada e a relação destas com a prática desenvolvida pelos professores em sala de aula, para perceber se há articulação entre os discursos e a prática efetivada.

A relevância social deste estudo se insere nas reflexões e nas ações acerca da prática pedagógica, no contexto da sala de aula, enquanto local de produção do conhecimento, que se faz legitimar academicamente pelas trilhas das competências da formação do sujeito social, podendo, em outra dimensão, colaborar com o instrumental teórico-metodológico, e fornecer subsídios importantes para discussões sobre a pertinência do objeto deste estudo.

Nesse contexto, para a compreensão do que foi discutido nesta tese, o desenvolvimento deste trabalho se deu na construção de cinco capítulos que discorrerão sobre teorias, percursos metodológicos, análises de dados, encaminhamentos e sugestões de como realizar um trabalho educativo, envolvendo a educação inclusiva.

MÉTODO

No presente artigo a metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, onde proporcionou uma melhor análise sobre a inclusão de alunos com deficiência no âmbito escolar. Os procedimentos de pesquisa em nível escolar são artifícios relevantes para o conhecimento da realidade de determinada investigação, entretanto, introduzir uma pesquisa em qualquer tipo de instituição a princípio pode surgir muitas inseguranças, dificuldades e desconfianças por parte dos sujeitos investigados.

A pesquisa é “um conjunto de ações que visa à descoberta de conhecimentos em uma determinada área. No meio acadêmico a pesquisa é um dos pilares das atividades universitárias. Pesquisar é uma atividade da ciência que permite a aproximação o entendimento da realidade que investigamos e, além disso, nos fornece elementos que possibilitam a nossa intervenção no real” (MATOS; VIEIRA, 2002).

O que pode causar nos sujeitos de pesquisa certa insegurança, pois estes pode ver esse tipo de estudo como um julgamento do seu trabalho, o que leva muitas vezes a tais sujeitos se negarem de participar das pesquisas por motivos que para o pesquisador

podem ser irrelevantes, mas não para os participantes da pesquisa, uma vez que eles podem ver esse tipo de trabalho como um julgamento, ou uma avaliação do que eles estão realizando. Para a realização do trabalho científico é conveniente analisar quais os métodos científicos são adequados para a execução do mesmo.

Esta pesquisa considerou a fala contextualizada envolvendo os entrevistados em consonância com a interpretação do entrevistador, sobre as relações de trabalho escolar frente ao processo de inclusão com discentes deficientes ou com necessidades especiais. Para Minayo (2010, p. 21-22): a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nesse sentido, percebe-se que a pesquisa qualitativa desse estudo envolveu a obtenção de dados com as entrevistadas realizadas. Esses dados foram obtidos em contato direto do pesquisador na situação de entrevista de pesquisa. Destarte, dá-se maior ênfase ao processo de que o produto e, portanto, a preocupação está em retratar a perspectiva dos participantes em interação e ao consagrar os relatos obtidos. (LUDKE E ANDRÉ, 1986)

Não houve a preocupação em buscar evidências que comprovassem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formaram ou se consolidaram basicamente a partir da inspeção dos dados.

Quanto aos objetivos de estudo, este trabalho usou a pesquisa exploratória, onde o pesquisador necessitou de embasamento teórico para analisar e discutir a questão da Educação Inclusiva, assim como para iniciar a coleta de dados.

RESULTADOS

A pesquisa revelou que os professores assumem não estarem preparados para a demanda da Educação Inclusiva, bem como declaram que necessitam de capacitações e de uma formação continuada para assegurar o aprendizado aos discentes demandantes desse processo, e que esta que deveria fazer parte do currículo escolar.

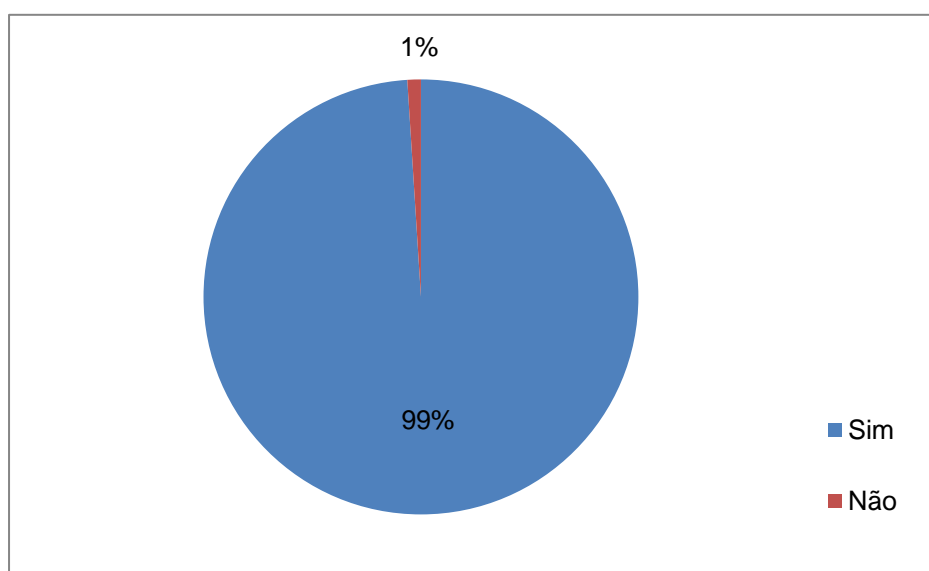
Observa-se que o principal fator que leva a essa escassez de educadores ou o desvio de sua formação é a desvalorização profissional mediante a sociedade, gerando

um grande desinteresse por iniciar uma graduação na área educacional, fazendo com que muitos sujeitos desistam de concluir a licenciatura, procurando atuar em outra esfera de trabalho.

Outro aspecto relevante é o fator econômico, bastante influenciável, nesta demanda. Por isso, como ressalta Vasconcellos (2012, p. 79), “os educadores devem se comprometer com o processo de transformação da realidade, alimentando um projeto comum de escola e de sociedade, como numa orquestra”.

Compreende-se que a falta de profissionais qualificados e suficientes nas escolas, remete aos que decidem assumir a profissão, a incumbência de lidar com turmas variadas, salas superlotadas, e o mais preocupante, ensinando conteúdos para quais não foram formados, desfavorecendo a aprendizagem efetiva do aluno.

GRÁFICO 1: Conhecimento sobre a Educação Inclusiva



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Os dados apresentados, no Gráfico 1, revelam que 99% dos entrevistados tem conhecimento sobre a Educação Inclusiva, um total de 39 (trinta e nove) pessoas, e deste total 12 (doze) sujeitos já participaram de cursos de capacitações sobre a Inclusão de pessoas com necessidades especiais. Nessa perspectiva, Dutra (2008, p. 10) ressalta que “todo profissional da educação, especialmente o professor, deve se atualizar constantemente para não perder espaço no mercado de trabalho, pois se observa que as mudanças correm de modo rápido na sociedade”. Destarte, entende-se que o professor, assim como a equipe pedagógica, tem o atributo de capacitar-se para servir como mediadores, transformando os conteúdos sem recursos didáticos.

É necessária uma transformação na escola para efetivar a inclusão. É preciso abandonar modelos e práticas que discriminam qualquer aluno e anular a tentação de se apropriar de soluções paliativas. E ainda, “[...] não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais em função de um valor universal que é o desenvolvimento do ser humano” (FIGUEIREDO, 2002, p. 68).

CONSIDERAÇÕES

Pelas razões evidenciadas sumariamente, a Educação Inclusiva aclara uma oportunidade rica de sentidos e vivências para a criança com deficiência. Este trabalho, portanto, possibilitou uma apreciação sobre o tema mediante referências e discussões do ponto de vista didático-pedagógico e político – por ocupar-se com a formação da pessoa com deficiência, numa perspectiva de saberes quanto à sua realidade social, a proposta do aprender com equidade, mediante relações afetivas no âmbito escolar.

Conforme a problemática que norteou essa pesquisa, referente à questão da afetividade no atendimento educacional de discentes com deficiências, atentamos acerca da sua influência no processo de ensino aprendizagem dos sujeitos que apresentam tais características, nessa perspectiva, os dados levantados referentes à qualidade da educação e da proposta de ensino adotada para com a inclusão foi, em suma, respondida.

Dessa maneira, avaliamos ter atingido o objetivo geral desse trabalho, no sentido de ter evidenciando as principais perspectivas da Educação Inclusiva Mediante ao entendimento desse questionamento que nos permitiu compreender como a afetividade influencia na aprendizagem dos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais, e o processo de inclusão numa escola pública da Bahia.

Evidentemente que a proposta de inclusão envolve a sociedade como um todo e precisa de condições objetivas para que seja colocada em prática, entre elas, a valorização da educação e, conseqüentemente, o reconhecimento da importância do trabalho do professor, mediante formação adequada, reestruturação da carreira docente e melhores salários. Entretanto, consoante com os objetivos deste estudo, buscamos ressaltar os componentes subjetivos da prática docente, o que não significa dissociá-los das condições sócio históricas que a envolvem.

Relativo aos resultados da pesquisa, a mesma revelou vários pontos relevantes à educação. Uma vez que na referida escola, existem professores que lecionam em áreas afins a sua formação, professores que não tem conhecimento sobre a EI, um professor

especialista em EI, dificuldades em trabalhar com a EI, a necessidade de cursos de capacitações na área e também foi possível diagnosticar de como seria viável na prática a Educação Inclusiva, proporcionando uma inclusão social, democracia, educação igualitária.

Não se pode perder de vista a necessidade de formação, trabalho conjunto e coletivo entre escola, coordenação/direção/professorado, técnicos da área, coordenadores, família e responsáveis pelo processo. Não se pode falar em escola inclusiva se todos os envolvidos não assumirem suas responsabilidades, repensando o seu papel e sua postura na escola e adotando um olhar crítico e investigativo em relação aos seus discentes, suas evoluções e defasagens. São quesitos que demanda formação contínua, gestão democrática e compromisso com a causa. E, é somente com essa perspectiva que se pode discutir e pensar em melhorias para o processo inclusivo.

Por fim, os educadores precisam buscar o apoio de todos os setores da sociedade, pois fazer inclusão sem o suporte da sociedade é muito difícil, e a escola é apenas uma das suas instituições. O todo social no qual se está inserido é uma rede de interligações, onde é necessário atuar para que haja uma efetiva transformação. Somente assim, podemos caminhar para uma inclusão real, não utópica, voltada ao atendimento e ao respeito do sujeito em todos os aspectos.

REFERÊNCIAS

CÉSAR, M. (2003). **A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos**. In David Rodrigues (org.), *Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade*. Porto: Porto Editora, 2003.

DAMÁZIO, M. F. M. **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: pessoa com surdez/ SEESP/SEED/MEC – Brasília/DF, 2007.**

DUTRA, Cláudia Pereira. A inclusão que ensina. **Rev. Nova Escola**. São Paulo: n.24, p. 10- 15, jul. 2008.

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade**. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (Orgs). *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

FREITAS, Neli Klix. **Políticas públicas em educação inclusiva: espaços e desafios para aprendizagem.** IX Congresso Nacional De Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR, out, 2009.

FREITAS, S. N. **Representações e Paradigmas em Educação Especial.** In Curso de Especialização a Distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo I / [Ana Claudia Pavão Siluk... [et al.]]. –Santa Maria: UFSM. CE, Curso de Especialização à Distância em Educação especial, 2008. 193 p; il.

LUDKE, M & ANDRÉ, M.E.D. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MATOS, Socorro Lopes, VIEIRA, Sofia Lerche. Pesquisa educacional: o prazer de conhecer. 2. ed. rev. atual – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MENDES, E. G. Educação Especial: políticas públicas e concepções sobre deficiência). Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2003. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (orgs.) **Coleção perspectivas multidisciplinares em Educação Especial.** (Educação Especial: políticas públicas e concepções sobre deficiência). Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. **Rev. Bras. Educ.** vol.11 no.33 Rios de Janeiro Sept./Dec. 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais). MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

VEIGAS, Conceição de Maria Corrêa. **Educação Profissional: indicações para a ação: interface educação profissional/ educação especial.** Brasília: MEC/SEESP, 2003.

ZANINI, Fernanda. **Educação Inclusiva e o papel do professor especialista.** Monografia (Curso de Pedagogia) Faculdades de Ciências UNESP, Campus de Bauru, Bauru 2007.

Recebido em: 10/11/2022

Aprovado em: 15/12/2022

Publicado em: 23/12/2022